



Estrada de acesso às invasões irregulares aterrou mina d'água da região, um dos principais crimes apontados pelo Siv-Água na colônia localizada no Guará II

DF - INVASÃO

Destruição no berço das águas

Fotos mostram fim da Colônia Agrícola Águas Claras. GDF não se entende sobre desocupação

FOTOS: DIVULGAÇÃO/SIV-ÁGUA

Não há esperanças para os moradores da Colônia Agrícola Águas Claras, localizada no Guará II. De acordo com o diretor do Siv-Água (Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais), Carlos Magno, os invasores da área serão retirados no prazo de 20 dias, contados a partir de segunda-feira passada. Segundo ele, não há chances de os moradores permanecerem no local.

O diretor do Siv-Água compara, a partir de fotos, como era o local antes da invasão e como está agora. "Temos fotos que mostram claramente que os moradores estão aterrando as minas d'água", diz. Já o secretário de Meio Ambiente (Semarh), Jorge Pinheiro, afirma que a operação de derrubada não foi autorizada pela secretaria e a área não passou por qualquer avaliação dos técnicos da Semarh.

Na manhã de ontem, o deputado Fábio Barcellos (PFL) — que desde segunda-feira tenta impedir a retirada — esteve com os moradores da região convocando uma comitiva para tentar marcar uma reunião na Semarh.

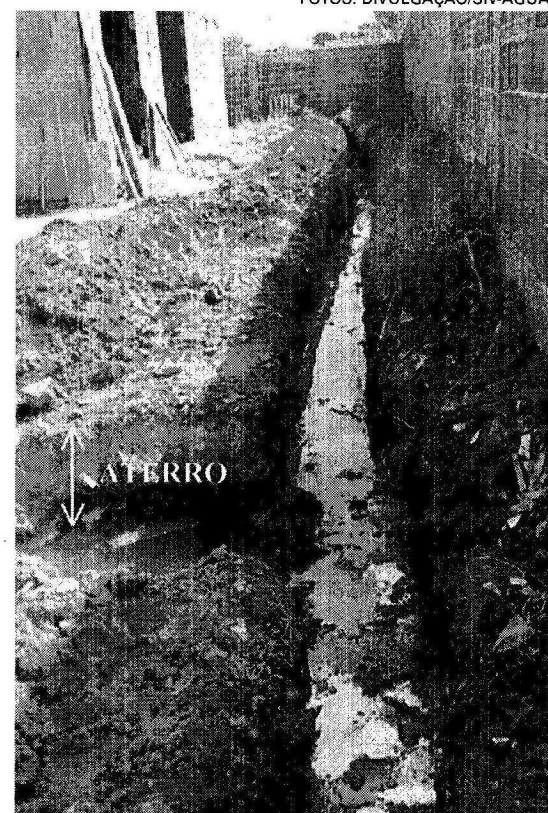
Barcellos disse que a área perdeu suas características originais bem antes da ocupação. Além disso, argumenta, o custo para a recuperação do solo é maior do que a remoção dos moradores. Para ele, a maior irregularidade está relacionada às notificações recebidas pelos moradores. "As notificações foram emitidas em folhas com timbre da Semarh e o fiscal que as assinou não é mais da Semarh", disse. "Isso é ilegal", completou.

Ontem à tarde, o secretário Jorge Pinheiro confirmou a versão do deputado e disse ter ficado "estarecido" ao conferir as notificações nas quais o Siv-Água se baseou para proceder as derrubadas. Elas foram assinadas por José Aquiles Tollstaldios, servidor da Semarh cedido ao Siv-Água há um mês. "Ele foi transferido, mas não devolveu os talonários da secretaria", garante Pinheiro. "Não foi uma ação transparente, porque a Semarh não foi consultada", disse.

Pinheiro explica que o procedimento correto seria a emissão de um ofício pela Secretaria de Meio Ambiente ao Siv-Água antes de qualquer ação. Mas isso não ocorreu. A



À esquerda, a colônia agrícola em 1999. À direita, dreno para escoar a água do lençol raso



área estava sendo estudada por um grupo de técnicos que avaliavam as soluções para recuperação do local. O levantamento ainda não foi concluído e, por esse motivo, a Semarh não teria determinado qualquer operação.

O diretor do Siv-Água, en-

tretanto, afirma que José Aquiles é funcionário da Secretaria de Fiscalização e, portanto, o documento é válido. "Somos um sistema de integração. Siv-Água, Siv-Solo, Secretaria de Segurança, Secretaria de Fiscalização e também a Semarh fazem parte

do sistema. Não interessa o timbre que está no papel", argumentou Carlos Magno.

O Siv-Água promete novas ações de retirada em outras áreas invadidas, que ainda estão sendo estudadas. Vicente Pires, Estrutural e Lago Sul estão na mira.